



A Política Curricular da Educação Especial, no contexto da BNCC e do PNE

Ariel Felipe Silva de Jesus - Graduando do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Contatos: arielfelippes@gmail.com

OBJETIVOS

Investigar em quais partes do Plano Nacional de Educação - PNE, fala sobre a Educação Especial;

Investigar o que a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, fala sobre a Educação Especial;

JUSTIFICATIVA

Em uma das aulas do componente de Didática do curso de Licenciatura em Pedagogia da UNEB, Senhor do Bonfim, ouvi algumas colegas dizerem que estavam cansadas de falar sobre Educação Especial e inclusão e que já não era necessário o debate tendo em vista que muitas pessoas já falavam sobre. Essa é uma visão bem equivocada de muitas pessoas que frequentam o Ensino Superior que acreditam que a sociedade se resume apenas a bolha a qual interagimos na universidade e deve-se romper com essa ideia de que existe muitos artigos escritos sobre essa temática ou que já não devemos debater sobre, pois o que se tem de escritas sobre esse tema é muito pouco e nem todo mundo sabe sobre direitos ou inclusão. Neste sentido, este artigo é relevante para fomentar que mais pessoas busquem sobre a Educação Especial e que possam cobrar que as políticas públicas para Pessoas com Deficiência (PcD) sejam efetivadas.

INTRODUÇÃO

O presente artigo pautou-se na leitura do No Plano Nacional de Educação (PNE) um plano que oferece diretrizes e subsídios para diminuir os déficits da educação brasileira e é constituído por 20 metas e estratégias para assegurar o cumprimento das metas, é financiado por um percentual do Produto Interno Bruto (PIB) do país, deixou de ser plurianual para ser exigido de forma constitucional passando a ser decenal, sendo assim, todos os outros planos sejam eles estaduais, distritais ou municipais devem usá-lo como base para sua elaboração e por seqüência se aprovados recebem o financiamento necessário para serem executados.

Na leitura da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que é procedente do PNE e da Constituição Federal de 1988. No corpo do texto há a informação de que a mesma foi escrita por especialistas de todas as áreas do conhecimento e debatida pela sociedade e por alguns educadores, têm por finalidade ser um alicerce da Educação Básica no Brasil visando diminuir as falhas existentes no modelo educacional vigente e garantir uma educação de qualidade para todos sejam provenientes da rede pública ou privada da Educação.



METODOLOGIA

O presente artigo é proveniente da pesquisa bibliográfica, que, *“trata-se do levantamento de toda a bibliografia já publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto [...]”* (MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 43-44). Sendo assim a pesquisa pautou-se na leitura da BNCC, no PNE, no site do MEC e demais artigos pertinentes ao tema.

REFERENCIAL TEÓRICO

MERCADO, Elisangela Leal de Oliveira. FUMES, Neiza de Lourdes Frederico. Base Nacional Comum Curricular e a Educação Especial no Contexto da Inclusão Escolar. 10º Encontro Internacional de Formação de Professores – Enfope – e o 11º Fórum Permanente de Inovação Educacional – Fopie. Sergipe.2017.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao pesquisar não encontrei dados específicos e comprovados de quando a Educação Especial começou a ser incluída nos projetos de Políticas Públicas Educacionais, ficando assim impossibilitados de constatar esse fato.

Diante dos dados avaliados, chega-se à conclusão de que pouco se fala sobre a Educação Especial no PNE e na BNCC. O que ficou em evidência foi que o nosso sistema escolar não possui Políticas Públicas Educacionais voltadas especificamente para pessoas com deficiência e nem para que a Educação Especial seja cumprida como deveria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Minha expectativa era de que existissem mais artigos sobre a Educação Especial e políticas educacionais que garantissem a efetivação de ações e estratégias para essa modalidade de ensino. Cabe a nós cidadãos/ãs, universitários, ou não, escrever e publicar mais artigos sobre essa temática, bem como da sociedade em geral se informar mais e cobrar para que a Educação Especial seja cumprida de fato.

Cheguei à conclusão de que a Educação Especial é mais uma das modalidades de ensino que segue sendo invisibilizadas e deixadas de lado no nosso sistema de ensino. Pessoas com deficiência enfrentam muitas dificuldades por falta de mobilidade, acessibilidade, de assistência na vida em sociedade e escolar, por isso é importante que mais pessoas escrevam sobre essa realidade, a fim de garantir que essa realidade seja mudada.

REFERÊNCIAS

Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular.

BRASIL/MEC/SEESP. Experiências educacionais inclusivas: Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade / Organizadora, Berenice Weissheimer Roth. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006

Declaração dos direitos das pessoas deficientes. 1975.

Declaração de Salamanca: princípios, políticas e prática em Educação Especial. Espanha 1994.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. – 6. reimpr. São Paulo: Atlas: 2011.

Moraes, Louise. A educação especial no contexto do Plano Nacional de Educação / Louise Moraes. – Brasília, DF : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017. 42 p. : il. – (PNE em Movimento ; ISSN 2448-4288 ; 6) doi: 10.24109/2448-4296.seriepne.2017.6

PEREIRA, Kátia dos Santos PNE e os Desafios da Inclusão. 2017.

